

Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH¹

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais

Me. Reinaldo Onofre dos Santos
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O artigo discute a pertinência das análises sobre a diferenciação entre rural e urbano no atual momento do movimento do capital no tempo e no espaço. Parte do questionamento de Harvey, em *The urban experience*, sobre a adequação da dicotomia rural-urbana para expressar uma forma básica de contradição do modo de produção capitalista. Tal dicotomia seria apenas uma expressão particular de divisão social do trabalho. O artigo resgata argumentos teórico-metodológicos que deram suporte a tais análises, bem como outros surgidos das análises populacionais. Sugere-se que eventuais polêmicas em torno do entendimento da relação rural-urbano mais prejudicam do que ajudam na análise de situações concretas, particularmente naquelas acerca do planejamento territorial urbano/metropolitano, em que a complexidade do espaço socialmente produzido requer o entendimento da totalidade antes de recortes espaciais específicos. Evidências empíricas vêm de dados censitários sobre ocupação da população em áreas periurbanas da RMBH, nas quais a diferenciação formal rural-urbana apresenta-se difusa. Argumenta-se que questões relativas à ocupação e à divisão do trabalho podem ser mais relevantes do que a simples separação entre rural e urbano.

Palavras-chave: sociedade urbana; rural-urbano; região metropolitana.

Abstract:

*The article discusses the relevance of the analyses on the distinction between urban and rural in the current time of the movement of capital in time and space. It departs from the questioning of Harvey, in *The urban experience*, about the suitability of the rural-urban dichotomy to express a basic form of contradiction of the capitalist mode of production. Such a dichotomy would be just a particular expression of the social division of labour. Methodological-theoretical arguments that gave support to these analyses are reviewed, as well as other arising from population analyses. We suggest that any controversy around the understanding of rural-urban relationship cause more harm than help in the analysis of concrete situations, particularly in urban/metropolitan territorial planning, in which the complexity of socially produced space requires the understanding of the totality previous to specific spatial cutouts. Empirical evidence comes from census data on population occupation in peri-urban areas of RMBH, in which formal rural-urban differentiation is diffuse. We argue that issues of occupation and division of labour may be more relevant than the simple separation between rural and urban.*

Keywords: urban society; rural-urban; metropolitan region.

Recebido 07/2013
Aprovado 10/2013

gemcosta.bhz@terra.com.br

reinaldosantos@ymail.com

hsmcosta@ufmg.br

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

Introdução

Propõe-se, neste artigo, refletir sobre a pertinência da diferenciação entre rural e urbano no atual momento do movimento do capital no tempo e no espaço. Para isto, parte-se de uma reflexão de David Harvey em *The urban experience* (1989) sobre esta questão, na qual ele diz: “[...] há fortes razões para desafiar a adequação da dicotomia rural-urbano mesmo quando expressa como uma unidade dialética, como uma forma básica de contradição no modo capitalista de produção”; e continua: “[...] a divisão do trabalho é o conceito e não a dicotomia rural-urbano, que é somente uma forma particular de sua expressão” (p. 72). Embora este tipo de entendimento seja adotado em análises da realidade socioespacial brasileira, é necessário ter cuidado para que esta abordagem não se traduza em um viés excessivamente teórico-abstrato ou mesmo simplificador da realidade. Nosso objetivo é refletir sobre esta questão e adicionar novos argumentos a partir de possíveis especificidades relacionadas à dimensão socioespacial das análises populacionais. Nossa hipótese sugere que, dependendo dos objetivos das análises, eventuais polêmicas em torno do entendimento da relação rural-urbano mais prejudicam do que ajudam no entendimento de situações concretas. Isto é particularmente válido, por exemplo, para as análises voltadas para o planejamento territorial urbano/metropolitano, em que a complexidade de um espaço socialmente produzido requer a análise de uma totalidade antes de se pensar em recortes espaciais específicos. Nestes espaços, as possibilidades de acesso à terra tendem a ser fatores limitantes do tipo de atividade que se consegue exercer. O artigo adota como pressuposto que as questões da ocupação da população e da divisão do trabalho têm grande relevância para a análise e o planejamento socioespacial urbano/metropolitano, possivelmente suplantando a simples separação entre rural e urbano, estas centradas no local de moradia da população. Para tanto, foram utilizadas evidências empíricas a partir das informações coletadas e disponíveis em censos demográficos.

Reverendo aspectos do debate rural-urbano

Como o título do artigo sugere, a intenção aqui é tão somente refletir sobre algumas questões relacionadas aos conceitos de rural e de urbano, especialmente aquelas que envolvem as teorias e metodologias de análise socioespaciais. Portanto, a intenção não é a de contribuir para aprofundar as reflexões sobre a polêmica dicotomia rural-urbano, já amplamente debatida na literatura e em eventos que reúnem os principais expoentes deste debate no Brasil. Ao longo de nossa reflexão, parte desta literatura será, no entanto, mencionada à medida que contribua para o desenvolvimento dos nossos argumentos.

Na literatura sobre os processos socioespaciais e/ou sobre a questão urbana, que significou uma ruptura com abordagens anteriores, a relação entre os fenômenos rural e urbano teve lugar de destaque, especialmente nos questionamentos que vieram da sociologia. Em livro organizado para discutir a sociologia urbana nos anos 1970, Manuel Castells, em um dos capítulos, já se perguntava se haveria uma sociologia urbana (CASTELLS, 1976a). O autor estava se referindo essencialmente às análises da chamada Escola de Chicago de Sociologia Urbana, que vinha orientando a análise urbana desde os anos 1920/1930². Em outro capítulo dessa mesma coletânea, Castells (1976b) ensaiaria uma resposta aos seus próprios questionamentos, afirmando que a sociologia urbana não tem objeto teórico específico nem objeto real específico. De acordo com o autor, um modo de vida urbano – um sistema cultural próprio –, associado a uma forma ecológica – a cidade – estariam na

² A Escola de Chicago foi bem apresentada por Velho (1973), que publicou e avaliou vários dos textos de seus principais fundadores.

raiz de um suposto conceito teórico – o urbanismo – que, na sua visão, não seria um objeto teórico, uma vez que seria, de fato, um tipo histórico cultural particular. Em suas palavras, “uma sociologia urbana fundada no urbanismo é uma ideologia da modernidade etnocentricamente identificada com a cristalização de formas sociais do capitalismo liberal” (p. 70).

Quanto ao objeto real, Castells (1976b, p. 73) enfatiza que “o que caracteriza sociologia urbana é precisamente a ausência de quaisquer delimitações claras do seu objeto real”. No uso corrente, urbano é contrastado a rural; “assim tudo deve ser ou urbano ou rural”. No entanto, Castells questiona esta dicotomia:

[...] o contraste rural-urbano não tem critérios distinguíveis, desde que em termos de conteúdo social o contraste refere-se essencialmente à distinção entre sociedade industrial a sociedade agrária e, no que diz respeito às formas espaciais da sociedade, sua diversidade não pode ser reduzida a uma dicotomia, nem ser situada em um continuum: deve-se meramente lembrar que a cidade é parte indissociável da região metropolitana, e que a cidade pequena é tão distante da vila quanto é da cidade grande (idem, p. 73).

Esta é certamente a posição de autores que consideravam que as sociedades industriais estavam se tornando totalmente urbanizadas. O fenômeno da metropolização seria hegemônico, o que contribuiu para se pensar teórica e empiricamente as transformações socioespaciais a partir da construção teórica sobre a sociedade urbana e do espaço socialmente produzido. Castells, apesar de não elaborar bem uma teoria do espaço, sugere que a sociologia urbana teria como objeto as relações com o e no espaço.

Ainda no campo de formulações da sociologia, Martins (2001, p. 35), em uma reflexão crítica sobre a sociologia rural, afirma:

O futuro da sociologia rural depende do futuro das populações rurais. O futuro da sociologia rural depende, também, e muito, de que ela se liberte *de uma concepção estamental do mundo rural*, que em muitos estudos sociológicos, e reconheça-se, não de sociólogos rurais, aparece como um mundo degradado, um mundo pária e irrelevante, lugar do nada, lugar de uma humanidade residual destituída de competência histórica para afirmar-se como sujeito social e como sujeito de seu próprio destino. (destaque acrescido)

Diferentemente de Castells, que nega a existência de uma certa sociologia urbana, Martins não está afirmando que a sociologia rural não existe. Sua crítica está essencialmente centrada nisto que ele denomina “uma concepção estamental do mundo rural”, adotada por uma sociologia rural que deve ser repensada nos termos que mencionaremos adiante. Schneider (2009, p. 35) identifica que, já em 1978, José de Souza Martins

se ocupava da reflexão sobre a ambiguidade (de um lado, atribuição teórica e conceitual e, de outro, normativa e prática) da relação cidade-campo ou rural-urbano na tradição sociológica, procurando mostrar como estas formulações dualistas ou dicotômicas assentavam-se em falsas premissas.

Martins (2001, p. 34) nos coloca diante de uma proposta que, no nosso entendimento, traz avanços significativos para a reflexão crítica sobre a questão da relação rural-urbano:

É preciso transgredir as imunidades estamentais e corporativas de que a sociologia rural se cercou, fazê-la dialogar mais, comungar mais e aprender mais com a História, a Literatura, a Geografia, a Antropologia. Há mais sociologia rural de alto refinamento em obras de Gabriel Garcia Marquez, Manuel Scorza, John Steinbeck, José Saramago, Juan Rulfo ou Guimarães Rosa do que em muitas de nossas análises complexas e elaboradas.

Tal discussão alcançou mais diretamente a produção teórica relacionada aos estudos dos processos especificamente identificados como socioespaciais: produção do espaço, urbanização, metropolização, entre outros. Entre os autores que abordaram esta questão, está Henri Lefebvre. É claro que as contribuições de Lefebvre vieram antes dos textos acima considerados. No início dos anos 1970, obras como *A revolução urbana* e *Produção do espaço* já abordavam, especialmente a primeira, a relação rural-urbana. No entanto, tais obras foram, por várias razões, insuficientemente consideradas ou até mesmo negligenciadas por estudiosos de áreas do conhecimento sobre o território, o urbano e o rural. Além disso, as obras de Lefebvre foram tardiamente lidas por estudiosos de língua inglesa, uma vez que eram escritas em francês. A tradução de tais obras para o inglês só ocorreu recentemente, mas de qualquer forma a apropriação dos escritos de Lefebvre pelo mundo anglófilo trouxe novamente, e de forma mais ampla, suas contribuições ao debate. Finalmente, há equívocos de entendimento em relação ao pensamento de Lefebvre, como se verá adiante.

As reflexões de Lefebvre (1999) sobre as ideias e os conceitos de *urbanização*, *tecido urbano*, *urbano*, *sociedade urbana* e *revolução urbana* têm sido apropriadas por aqueles que estudam os fenômenos urbano e rural, bem como a relação entre eles. Algumas dessas apropriações contribuem para avanços do conhecimento, especialmente aquelas que procuram entender os processos socioespaciais da urbanização e da metropolização, a exemplo de Monte-Mór (2003, 1994). Por outro lado, pode carregar equívocos a forma como outros autores se apropriaram de algumas dessas ideias e conceitos, mais especificamente no processo de discussão da problemática associada à relação rural-urbano, a exemplo de Veiga (2004, 2006). Uma passagem em especial de Lefebvre contribui para mostrar estes dois tipos de apropriação e entendimento de suas ideias e conceitos: “O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (1999, p. 17, destaque no original).

Monte-Mór (2003, 1994) cria, a partir da ideia de tecido urbano, o conceito de ‘urbanização extensiva’, que expressa ao mesmo tempo uma abstração teórica – a possibilidade de realização da sociedade urbana – e uma concretude social – o reconhecimento de que o processo de implosão-explosão³ já seria uma aproximação da sociedade urbana, ou seja, da possibilidade da emancipação social e política. “Chamo *urbanização extensiva* a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas à *polis*”. (MONTE-MÓR, 2003, p. 262, destaque no original).

O processo de implosão-explosão, ao mesmo tempo em que é resultado das contradições da sociedade industrial expressas na cidade, é também responsável por levar a todas as partes do território as possibilidades da prática socioespacial, enfim, da política, associadas a novas e velhas contradições

³ Expressão usada pelo autor para identificar um momento do processo histórico que levará à sociedade urbana: “a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

que deram início ao processo. A urbanização extensiva se materializa em uma espacialidade que carrega, “no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade” (idem, p. 262). Portanto, Lefebvre e Monte-Mór estão se referindo a teorias, processos e práticas socioespaciais que permitem construir uma aproximação para se entender a possibilidade da transformação social. Nestas reflexões interessam, portanto, menos a dicotomia rural-urbano e mais a possibilidade de construção de uma teoria de mudança social. Ou seja, urbano e sociedade urbana, neste sentido, significam a possibilidade teórica e ainda virtual da emancipação.

Uma segunda forma de apropriação dos conceitos revela uma leitura talvez um tanto apressada da ideia de “urbanização completa” em Lefebvre – “Denominamos ‘sociedade urbana’ a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (1999, p. 15) –, a exemplo do que se observa em Veiga (2004, 2006), como se verá adiante. Concordamos que Lefebvre talvez não tenha deixado muito claro o significado de “urbanização completa”, dando margem a interpretações de que esta implicaria na negação da problemática própria do rural, da agricultura ou da indústria. No entanto, a seguinte passagem de *A revolução urbana* mostra que não é essa a intenção do autor:

“Todavia, a problemática urbana não pode absorver todos os problemas. A agricultura e a indústria conservam os seus problemas próprios, mesmo se a realidade urbana os modifica. [...] Cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Além disso, conforme já foi dito acima, o objetivo de Lefebvre em *A revolução urbana* não é o de discutir a polêmica que as análises da dicotomia ou do continuum rural-urbano⁴ têm suscitado, mas sim o de desenvolver uma teoria crítica emancipatória, na qual o conceito central é, sem dúvida, o ‘urbano’ ou ‘sociedade urbana’, uma virtualidade. A sua realização não se dará sem uma prática que o autor considera indissociável da sua formulação teórica.

A expressão ‘sociedade urbana’ responde a uma *necessidade teórica*. Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos. Este movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a prática urbana, apreendida ou re-apreendida. [...] Não se trata, portanto, de buscar uma receita empírica para fabricar este produto, a realidade urbana (LEFEBVRE, 1999, p. 18).

Assim, quando Veiga (2004, p. 64) afirma que “As evidências apresentadas refutam as hipóteses lançadas por Lefebvre⁵ e Kayser⁶ há pouco mais de trinta anos, mas por razões bem diferentes” e que “A mais equivocada é a primeira, sobre a completa urbanização”⁷, acreditamos que tal entendimento da proposta teórica de Lefebvre não está correto. Criticando o que denomina “procedimentos habituais da prospectiva ou da projeção” para uma aproximação com a fase crítica [pós-implosão-explosão], por exemplo, Lefebvre assim se expressa: “Projeção e prospectiva têm uma base determinada apenas numa ciência parcelar: na demografia, por exemplo, ou então na economia política. Ora, o que está em questão, ‘objetivamente’, é uma totalidade” (1999, p. 29; destaque no original).

Acrescentamos: uma totalidade que, dada a sua natureza virtual, dificilmente pode ser compreendida apenas com base em evidências empíricas de uma análise formal. A proposta de Lefebvre, repetimos, é teórica, uma teoria crítica, transgressora⁸ e transdisciplinar, não podendo ser rotulada de equivocada com base apenas em argumentações baseadas em uma abordagem formal da problemática rural-urbano.

⁴ Ver Reis (2006) e Blume (2004) para revisões da literatura sobre a problemática da relação rural-urbano, feitas para suas respectivas pesquisas de doutorado e mestrado.

⁵ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970].

⁶ KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

⁷ O autor refuta a hipótese do que chama completa urbanização ou “urbanização generalizada” nos termos de Lefebvre (1999) acima citados, entre outros meios, por evidências empíricas acerca do grande número de núcleos urbanos de pequeno porte que sugerem a existência de relações sociais mais próximas do que pode ser identificado como o mundo rural.

⁸ Em consonância com a necessidade de transgredir proposta por José de Souza Martins, acima citado.

Com isto, não estamos questionando a validade do debate no qual se insere a análise de Veiga e de outros autores, especialmente a sua contribuição para o entendimento de novas ruralidades que vão além da discussão sobre a dicotomia ou o continuum rural-urbano. No entanto, em outro texto, o autor, continuando a enfatizar a importância das alterações dos ecossistemas nas reflexões sobre o nascimento de outra ruralidade, assim se expressa sobre a teoria lefebvriana de revolução urbana:

Em poucas palavras, é o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. E é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade. (VEIGA, 2006, p. 348)

Não há dúvidas quanto à importância desta discussão sobre o nascimento de outra ruralidade e o aumento da artificialização dos ecossistemas. Entretanto, não vemos isto como oposição às reflexões de Lefebvre sobre a revolução urbana e a proliferação do tecido urbano. Entendemos que há outras dimensões da problemática, cuja análise e entendimento são fundamentais como contribuição para a construção de uma teoria crítica sobre os processos socioespaciais e as possibilidades emancipatórias.

Nossa proposta é desenvolver, ainda que de forma preliminar, dois tipos de reflexões que, acreditamos, contribuirão para avançar no processo de discussão desta problemática envolvendo a relação rural-urbano. Uma primeira reflexão começa resgatando passagens de análise de Becker (1991) sobre a produção do espaço pelo Regime Militar no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, para mostrar a propriedade dos conceitos de tecido urbano de Lefebvre e de urbanização extensiva de Monte-Mór para o entendimento da dinâmica dos processos socioespaciais no território brasileiro. Em seguida, são utilizadas evidências empíricas (IBGE, 2010) sobre as situações rural e urbana observadas no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Procura-se com isto introduzir alguma contribuição para a discussão sobre a prescindibilidade ou não da diferenciação entre rural e urbano nas análises sobre os processos socioespaciais.

Uma segunda reflexão retoma as discussões propostas por Henri Lefebvre sobre a necessidade de romper as fronteiras disciplinares e adotar o método da transdução; e por José de Souza Martins, sugerindo a transgressão das imunidades estamentais e corporativas da sociologia rural e a necessidade de incorporar novos saberes nas análises sobre o rural.

Primeira reflexão

A proposta de se entender a espacialidade do território brasileiro por meio das ideias de extensão do tecido urbano e de urbanização extensiva torna-se mais evidente especialmente a partir dos anos 1970, momento em que se dá o auge do que Bertha Becker (1991) denomina modernização conservadora. A modernização teve como estratégia a decisão do governo central do regime militar de estender a todo território nacional o que a autora denomina “uma vasta malha de duplo controle, técnico e político”: “extensão das redes técnicas – viárias, urbana, de comunicação, de informação, institucional, bancária, etc”, e também, na dimensão política, a criação de agências e secretarias centralizadas de controle do território, as quais se superpunham “à divisão político-administrativa oficial” (BECKER, 1991, p. 49). Tal estratégia é reforçada pelo processo de implosão-explosão a partir das grandes metrópoles nacionais, o que também significou a extensão das “relações de produção (capitalistas) urbano-industriais por todo o espaço nacional” (MONTE-MÓR, 2003, p. 261).

Enfim, trata-se de uma estratégia de produção do espaço. Uma passagem do texto de Becker (1991, p. 50) sintetiza bem o resultado, em termos da espacialidade territorial brasileira em fins dos anos 1970:

A modernização conservadora criou um espaço tecnicamente homogeneizado – facilitando a interação de lugares e tempos –, mas também um espaço fragmentado porque a apropriação do território e a alocação de recursos foi fortemente seletiva, resultando em conflitos que se constituíram em embriões de novas territorialidades.

Com a crise do Estado a partir do final dos anos 1970, a regulação autoritária e centralizada do território se enfraquece. Os embriões de novas territorialidades começam então a se transformar em lugares de resistência dentro de um espaço socialmente fragmentado. Como diz Becker (1991, p. 51), referindo-se àquele momento, “A crise do território é desnuda nas grandes metrópoles e na Amazônia”, mostrando com isso que os conflitos e os lugares de resistência também se generalizaram por todo o espaço nacional, tanto no meio rural quanto no urbano/metropolitano. Pode-se dizer que, com o processo de democratização a partir dos anos 1980, os conflitos e as resistências mudaram de caráter, mas continuam vivos, uma vez que o território continua social e espacialmente fragmentado, explicitando o que se pode denominar de exclusão socioespacial.

Observa-se que, a partir desses processos relacionados à espacialidade do território brasileiro, há que se ter cuidado com o tratamento das evidências empíricas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela coleta e publicação de estatísticas oficiais sobre o território nacional, lança mão dos termos rural e urbano para definir a localização domiciliar. Nesse sentido, rural e urbano são estritamente categorias do que os documentos oficiais denominam de situação de domicílio, unidade predial em que se baseia a coleta de informações da população. Como ilustração, pode-se partir dos documentos dos três últimos censos e PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Basicamente, os princípios que norteiam a classificação da situação de domicílio são de duas ordens. Num primeiro plano, os domicílios são considerados de situação urbana quando estão em área assim denominada pela legislação vigente. A população rural, por seu turno, corresponde ao restante da população residente em área para além desses limites. Em segundo lugar, em situações nas quais os limites do chamado perímetro urbano não estão disponíveis, são traçados tais limiares com base na densidade predial, utilizados na determinação da coleta após aprovação do prefeito. “Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local” (IBGE, 2011, p. 27).

Apesar de ser objetivo do IBGE uma classificação dos domicílios com a finalidade de coleta de informações, algumas críticas podem ser feitas sobre suas definições. Em princípio, a noção do que é rural e urbano declarado nas estatísticas oficiais apenas considera o local de residência, não traduzindo o espaço de vivência da população. Destarte, os componentes de uma população em situação domiciliar rural podem ser, na verdade, tão urbanos quanto aqueles que vivem dentro do perímetro urbano.

Dentro da ideia de espaço de vivência, urbano e rural não têm perfeita aderência à noção de atividade ocupacional. O fato de uma população encontrar-se dentro do perímetro urbano não quer dizer que suas atividades estejam associadas aos setores econômicos localizados dentro dos mesmos

limites. Assim, uma população rural pode se dedicar a atividades tipicamente urbanas, dentro e fora do perímetro urbano, tal como a população urbana também poderia exercer atividades econômicas/ocupacionais tipicamente rurais dentro de seus limiares.

Outra crítica vem da centralidade do urbano na classificação dos domicílios (PONTE, 2004; GARCIA, 2010). Enquanto a área correspondente aos setores censitários urbanos é definida de acordo com a legislação vigente, os setores rurais são o efeito residual dessa mesma legislação. A centralidade do urbano pode ser explicada, dentre outros fatores, pela forma em que se determinam seus limites, a partir de projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores, mostrando basicamente a preocupação com o provimento de infraestrutura e arrecadação de tributos urbanos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Apesar de não haver dúvidas quanto à predominância do que as evidências empíricas oficiais disponíveis classificam como urbano (Tabela 1 e Gráfico 1), a divisão social e ocupacional do trabalho entre rural e urbano, revelada a partir dos dados, apresenta-se de forma difusa.

Tabela 1 **População Residente com 10 anos ou Mais de Idade por Grande Grupo de Ocupação e Situação de Domicílio - Brasil, 2010**

Grande Grupo	Urbano*		Rural**		Total
	ABS	%	ABS	%	
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6342477	90,66	653300	9,34	6995777
Diretores e gerentes	3237606	95,77	143032	4,23	3380638
Profissionais das ciências e intelectuais	8139501	95,82	355279	4,18	8494780
Técnicos e profissionais de nível médio	5334037	96,49	194009	3,51	5528046
Trabalhadores de apoio administrativo	5851637	97,45	152926	2,55	6004563
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	13710484	95,35	668870	4,65	14379354
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2197084	29,73	5193405	70,27	7390489
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	9180132	93,55	632813	6,45	9812945
Operadores de instalações e máquinas e montadores	6433256	92,04	556238	7,96	6989494
Ocupações elementares	13517369	77,79	3860384	22,21	17377753
Total	73943583	85,63	12410256	14,37	86353839

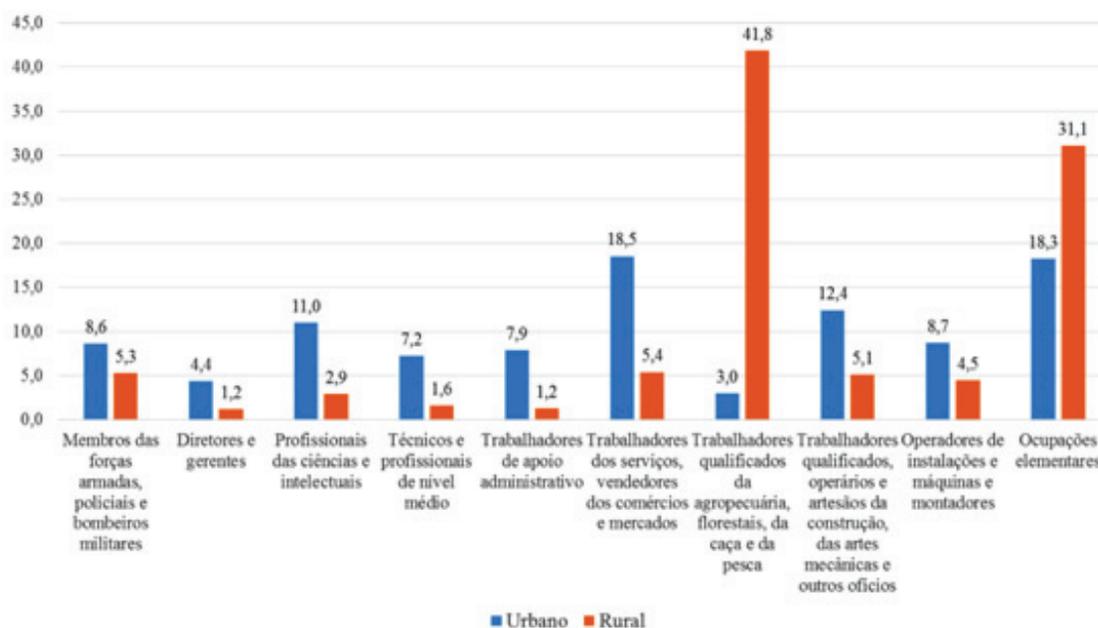
Fonte: IBGE, 2012.

* População domiciliada em setores censitários categorizados como: i) Área Urbanizada de Vila ou Cidade; ii) Área Não Urbanizada; iii) Área Urbanizada Isolada.

** População domiciliada em setores censitários categorizados como: i) Área Rural de Extensão Urbana; ii) Aglomerado Rural (povoado); iii) Aglomerado Rural (núcleo); iv) Aglomerado Rural (outros); v) Rural - Exclusive Aglomerados Rurais.

Observa-se, por exemplo, que, mesmo existindo um grande número de profissionais qualificados que se dedicam às atividades rurais residentes em área também rural, 29,73% residem em ambientes urbanos. Além disso, há uma fração significativa de trabalhadores inseridos em ocupações elementares (que não demandam elevada qualificação) que residem em ambientes rurais (22,21%), concomitantemente à concentração de trabalhadores que exercem funções exigentes de maior qualificação em setores urbanos. Destaca-se, também, a concentração de trabalhadores envolvidos em atividades terciárias, como trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, bem como em atividades híbridas, dos setores secundário e terciário (trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios).

Gráfico 1 Participação percentual das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade por grande grupo de ocupação, Brasil - 2010



Fonte: IBGE, 2012.

As informações sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte a seguir consideradas (Tabela 2 e Gráfico 2) contribuirão para jogar um pouco mais de luz em nossos argumentos. As regiões metropolitanas podem ser consideradas como os melhores exemplos de materialização espacial do tecido urbano estendido. Crescem, em termos demográficos e espaciais, derramando-se sobre o território sem considerar os limites político-administrativos formais dos municípios e, algumas vezes, desconsideram as linhas imaginárias dos perímetros urbanos. Os dados demográficos metropolitanos oriundos do Censo Demográfico devem ser analisados e compreendidos tendo-se em mente um certo descompasso entre crescimento demográfico e espacial, fruto das formas de uso e ocupação do solo prevaletentes, bem como dos processos específicos de parcelamento do solo e de planejamento do território materializado atualmente nos Planos Diretores.

Tabela 2 **População Residente com 10 anos ou Mais de Idade por Grande Grupo de Ocupação e Situação de Domicílio - RMBH, 2010**

Grande Grupo	Urbano*		Rural**		Total
	ABS	%	ABS	%	
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	206949	98,63	2874	1,37	209823
Diretores e gerentes	110142	99,20	888	0,80	111030
Profissionais das ciências e intelectuais	302658	99,45	1680	0,55	304338
Técnicos e profissionais de nível médio	204848	99,29	1475	0,71	206323
Trabalhadores de apoio administrativo	233103	99,45	1292	0,55	234395
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	445204	98,99	4545	1,01	449749
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	15987	68,13	7480	31,87	23467
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	296176	98,48	4577	1,52	300753
Operadores de instalações e máquinas e montadores	189012	98,68	2526	1,32	191538
Ocupações elementares	387752	96,50	14082	3,50	401834
Total	2391831	98,30	41419	1,70	2433250

Fonte: IBGE, 2012.

A primeira observação a ser feita refere-se ao tamanho, em termos absolutos e relativos, das populações urbana e rural nas regiões metropolitanas (aqui representadas pelo nosso exemplo da RMBH), se comparadas ao valor agregado para o Brasil. A Região Metropolitana de Belo Horizonte exibe uma taxa de urbanização de 98,1% em 2010, valor muito próximo aos 97,5% observados em 2000. Observa-se, portanto, que a população residente fora dos perímetros urbanos dos municípios decresceu em termos relativos e mesmo absolutos: de 109.965 pessoas em 2000 para 91.842 em 2010. Por outro lado, análises realizadas quando da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (UFMG, 2011) apontaram um volume significativo de áreas urbanizadas e pouco ocupadas, lotes e residências vagas, configurando em muitos municípios o que foi denominado como *vacância fundiária crítica*, logo com elevado potencial de adensamento e/ou ocupação nas áreas formalmente consideradas como urbanas.

* População domiciliada em setores censitários categorizados como: i) Área Urbanizada de Vila ou Cidade; ii) Área Não Urbanizada; iii) Área Urbanizada Isolada.

** População domiciliada em setores censitários categorizados como: i) Área Rural de Extensão Urbana; ii) Aglomerado Rural (povoado); iii) Aglomerado Rural (núcleo); iv) Aglomerado Rural (outros); v) Rural - Exclusivo Aglomerados Rurais.

Não cabe aqui analisar as razões de tais descompassos, nem os processos de produção do espaço metropolitano recente, já sobejamente analisado em vários trabalhos anteriores⁹. Cabe, entretanto, enfatizar que, do ponto de vista da distribuição espacial da população rural na RMBH, alguns municípios, em geral os menos populosos e mais distantes do núcleo central da RMBH, concentram percentuais mais expressivos de suas populações vivendo em domicílios localizados nas áreas rurais dos municípios, como evidenciado na Figura 1.

Para ilustrar o argumento central desenvolvido neste artigo, analisaremos a seguir algumas possíveis relações entre local de moradia – se em área formalmente urbana ou rural – e a ocupação da população de 10 anos ou mais, por grandes grupos de atividades, em termos agregados para a RMBH, conforme explicitado na Tabela 2.

Dos grandes grupos elencados, apenas aquele relacionado a “Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca” pode ser diretamente associado a ocupações tipicamente rurais ou voltadas para estes ambientes. Como seria de se esperar, a proporção de pessoas residentes em áreas urbanas dedicadas a esse tipo de ocupação representa, na RMBH em 2010, apenas 0,7 % do total da população urbana, enquanto que esta mesma ocupação é registrada para 18,1% da população residente em áreas rurais da RMBH (Gráfico 2). Destes trabalhadores, vale salientar, como consta da tabela 2, que 68,1% residem em ambientes urbanos, indicando que, mesmo não sendo uma especialidade urbana, estes trabalhadores desempenham suas atividades: i) em ambientes diferentes da sua situação de domicílio; ii) em ambientes de produção rural determinados na pesquisa censitária como urbanos (áreas urbanizadas dos setores censitários urbanos). Em síntese, observa-se que ainda assim há mais pessoas, em números absolutos, dedicadas a tais atividades que residem em áreas urbanas (15.987 pessoas) do que em áreas rurais (7.480 pessoas). Por outro lado, tais atividades ocupam apenas 0,96% do total da população metropolitana ocupada com mais de 10 anos de idade em 2010.

⁹ Costa (2003), Costa; Araújo (2006), além dos já mencionados estudos para o PDDI-RMBH (UFMG, 2011).

Figura 1 Região metropolitana de Belo Horizonte - Percentual da população residente em ambiente rural - 2010

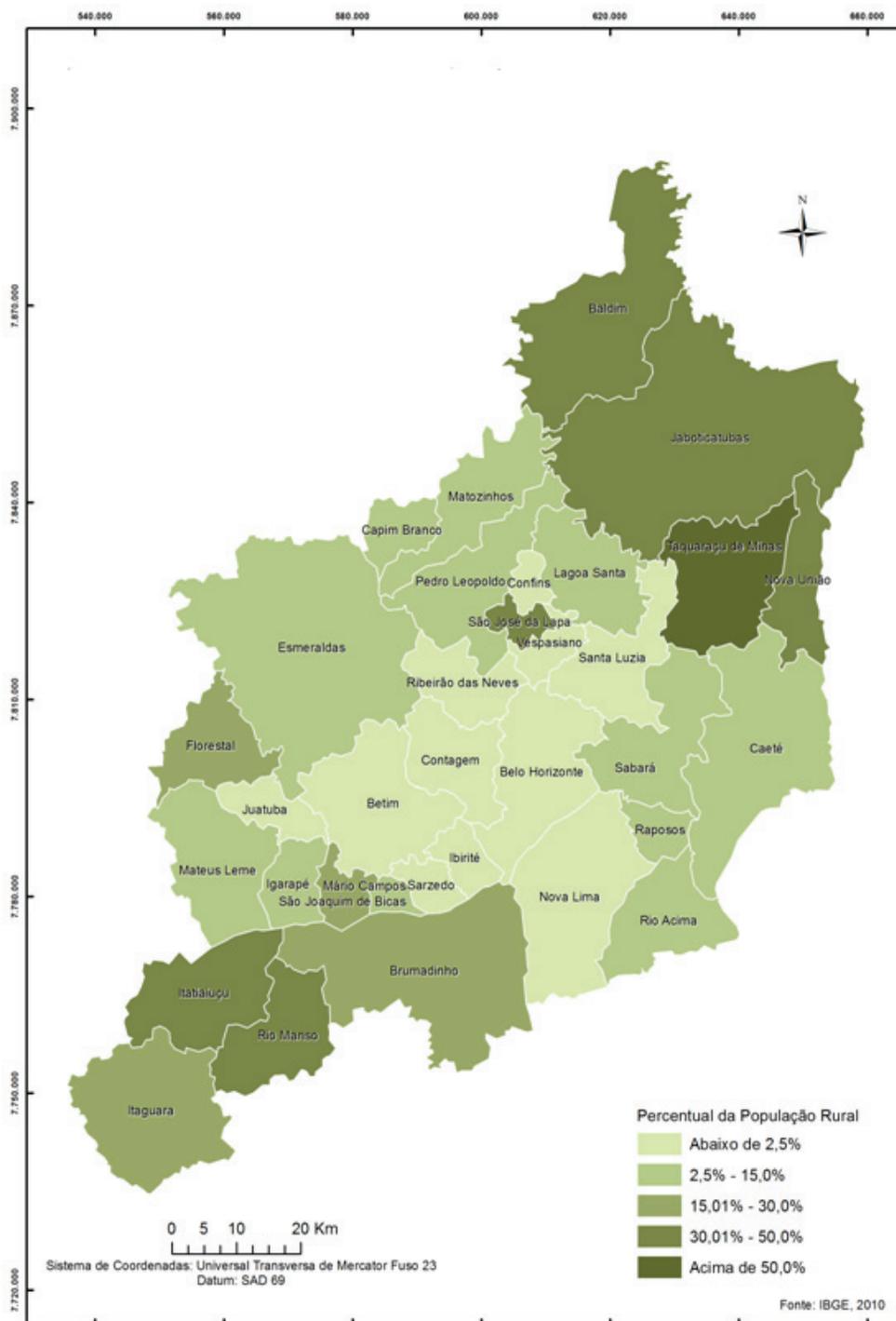
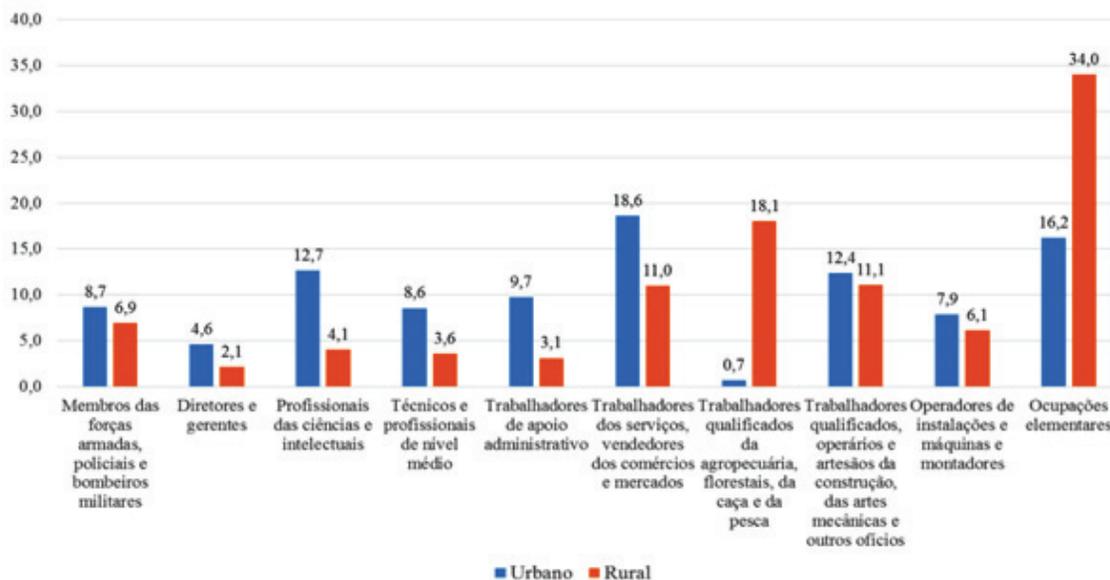


Gráfico 2 Participação percentual das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade por grande grupo de ocupação, RMBH - 2010



Fonte: IBGE, 2012.

Tomando-se agora a população residente em áreas rurais, observa-se que a maioria dela se distribui por várias ocupações, associadas a atividades tipicamente urbanas, destacando-se: 11,1% da população rural é composta por trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, e 11,0% por trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados. Para avançarmos nesta direção da análise, seria necessário outro tipo de pesquisa em profundidade, especializada e desenvolvida a partir de dados primários. A título de exemplo, este resultado foi recorrente na análise das estratégias familiares dos assentados da reforma agrária na RMBH pesquisados por Silva (2008), a partir de trabalhos de campo e histórias de vida das famílias.

Segunda reflexão

Reconhecer elementos do rural no ambiente metropolitano, ainda que pouco significativos em termos quantitativos, pode ter vários outros significados, dos quais mencionaremos alguns: inicialmente, significa dar visibilidade a processos e permanências pouco presentes no contexto metropolitano, ou que aparentemente tendem a desaparecer, face ao modo de ocupação e apropriação da terra dominante, comandado pelo capital envolvido nas atividades imobiliárias e, no caso específico da RMBH, comandado também pelo capital associado à atividade de mineração, grande proprietária fundiária na região. Assim, alimenta o debate sobre a disputa pela terra, claramente estabelecido em termos sociológicos no contexto “do campo” e que ganha contornos diferentes no caso das regiões metropolitanas e nos espaços chamados por muitos de periurbanos (expressão com grande potencial sociológico/antropológico e pouco significado urbanístico, que, portanto, já reclama uma discussão específica sobre seus significados).

Em segundo lugar, do ponto de vista das políticas públicas e do planejamento do território, tanto no nível local como metropolitano, reconhecer a importância do rural significa uma decisão política de manter partes dos territórios municipais como áreas rurais formais, destinadas a usos produtivos agrícolas, a baixas densidades de ocupação habitacional, a assentamentos de reforma agrária (SILVA, 2008), a tributação específica rural (ITR – Imposto Territorial Rural, por exemplo), a acesso a crédito para a agricultura familiar, entre outros elementos da política pública em diferentes escalas territoriais. Significa proteger terras para estimular atividades econômicas ligadas à produção em pequena escala, ao artesanato, ao turismo rural, ao parcelamento do solo na forma de chácaras, entre outros usos¹⁰. Significa abdicar da proposta de transformar todo o território municipal em área de expansão urbana, logo passível do parcelamento e de extensão dos mecanismos de valorização fundiária urbana por todo o território, como vem ocorrendo com muitos municípios metropolitanos.

Em terceiro lugar, identificar traços (resquícios ou afirmações) de ruralidade ou do “mundo rural” na cidade e no urbano de forma mais ampla significa reconhecer e buscar compreender como se transformaram visões de mundo, valores e significados associados ao rural e que se metamorfosearam após décadas de processos migratórios que caracterizam o que vem sendo chamado de transição urbana. Tais manifestações transcendem as áreas rurais formais da região metropolitana e podem ser encontradas por todo o tecido urbano e de várias formas, sejam elas materiais – nos terreiros e quintais (GOMES, 2009), nas vilas e favelas, nas experiências de agricultura urbana que se multiplicam (COUTINHO, 2010), na criação de animais em áreas “vazias”, entre outras – ou imateriais – nos saberes, nas receitas caseiras, no conhecimento das plantas, nas histórias, na música e na arte, no uso orgulhoso e generalizado, pelo menos nas Minas Gerais, da expressão “roça” como objeto de desejo (“ir pra roça” pressupõe seu oposto dialético: voltar para a cidade, para a vida cotidiana, para o trabalho, mas também para o acesso ao consumo urbano).

Assim, parece ser possível dizer que identificar o rural no urbano/metropolitano é antes uma estratégia de resistência do que a reafirmação de uma dicotomia. Trata-se, de certa forma, de ser rural e urbano ao mesmo tempo e no mesmo lugar.

No sentido lefebvriano, entendemos tal “tempo e lugar” como uma aproximação da *sociedade urbana*, o espaço produzido e regulado por relações capitalistas de produção, mediadas pela ação do Estado e dos movimentos sociais, no qual permanecem, sobrevivem, resistem e se transformam grupos, territórios, populações não completamente inseridas no modo de produção dominante, mas a ele articuladas de diferentes formas. Visto pela perspectiva das estratégias de resistência e de transformação da sociedade, a polarização rural-urbano perde o sentido e pode, alternativamente, ser substituída por uma postura que aproxime e reúna do mesmo lado os grupos que lutam pelo direito à terra, ao trabalho e ao descanso, à cultura, à infraestrutura e serviços; bem como os que lutam pelo reconhecimento de seus modos de vida e saberes, sejam eles moradores de áreas urbanas ou rurais.

Por outro lado, reconhecer tal complexidade significa também ser capaz de identificar, mensurar, mapear e discutir tais situações, o que requer uma nova ontologia espacial que capture a totalidade do território, bem como suas especificidades. Requer também de nós, pesquisadores, redobrada criatividade para propor formas de registro e de tratamento dos dados censitários, para além do que fazemos atualmente. Requer principalmente cuidado com as interpretações apressadas sobre atributos ou características das populações apenas baseadas no seu local de residência.

¹⁰ No caso da Região Metropolitana, tais usos emergiram fortemente como demandas da população nas oficinas participativas realizadas quando da elaboração, pela universidade, do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para a região – PDDI-RMBH (UFMG, 2011).

O exercício realizado com os dados de censo referentes à ocupação mostra o potencial de análises nesta direção e aponta também a importância de acoplar outras abordagens etnográficas, pesquisas de campo, histórias de vida, entre outras.

As evidências empíricas apresentadas contribuem para se repensar, em termos metodológicos, a importância ou a relevância da distinção rural-urbano, nas análises que procuram entender a dinâmica da espacialidade territorial brasileira. Contribuem também para se avançar além do aspecto formal da análise e incorporar as dimensões política e das práticas socioespaciais associadas à problemática da fragmentação do espaço da vida, levando a conflitos que terminam por se constituírem “embriões de novas territorialidades” (BECKER, 1991), à semelhança do que foi apresentado, tanto por Lefebvre (1999) quanto por Monte-Mór (2003), sobre a difusão de práticas socioespaciais para todo o território, como decorrência dos processos de implosão-explosão e de extensão do tecido urbano ou da urbanização extensiva.

A este respeito, vale a pena também atentarmos para a seguinte citação de Martins (2001, p. 32-33):

Desde os anos 70 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. As favelas e cortiços desta nossa América Latina, e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar.

Apesar de Martins não explicitar a possibilidade da luta nesta passagem de seu artigo, está aí presente a menção aos resultados perversos da modernização e a emergência de novas territorialidades e de conflitos. Avançar nesse tipo de entendimento da questão exige, em termos metodológicos, mais uma vez repetindo, a transgressão proposta por Martins, o que vai também ao encontro da necessidade de “transdução”¹¹ como método, ou seja, uma reflexão sobre o objeto possível, para o qual não é suficiente a visão parcelar inerente aos conhecimentos disciplinares e específicos. Pode parecer contraditório, mas, mesmo sendo a transdisciplinaridade e a transdução necessárias para o entendimento da totalidade socioespacial, tal entendimento não prescinde dos conhecimentos disciplinares específicos, que, por sua vez, não podem perder de vista a totalidade social e a visão transdisciplinar que sua complexidade exige.

¹¹ “(...) a pesquisa concernente a um *objeto virtual*, para defini-lo e realizá-lo a partir de um projeto, já tem um nome. Ao lado dos procedimentos e operações clássicas, a *dedução* e a *indução*, há a *transdução* (reflexão sobre o objeto possível).” (LEFEBVRE, 1999, p. 18, destaques no original).

Referências

- BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano XI, v. 32, p. 47-56, 1991.
- BLUME, R. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- CASTELLS, Manuel. Is there an urban sociology? In: PICKVANCE, Chris (Ed.). *Urban sociology*. Londres: Tavistock Publications, 1976a, p. 33-59.
- _____. Theory and ideology in urban sociology. In: PICKVANCE, Chris (Ed.). *Urban sociology*. Londres: Tavistock Publications, 1976b, p. 60-84.
- COSTA, Heloisa. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira; GODINHO, Maria Helena (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2003, p. 159-179.
- COSTA, Geraldo; ARAÚJO, Carlos. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa et al. (Org.). *Novas periferias metropolitanas*. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006, p. 35-46.
- COUTINHO, Maura. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Geografia, IGC/UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- GARCIA, A. F. Rural e urbano. Tentando entender as responsabilidades legais e definições. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AGB, 2010.
- GOMES, Angela. *Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos e quintais da Grande BH*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGC/UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- HARVEY, David. *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: Características da População e dos domicílios – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- _____. *Censo demográfico 2010: Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- _____. *Guia do Censo 2010 para Jornalistas*. Rio de Janeiro: Coordenação de Comunicação Social, IBGE, 2010.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993.
- MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.
- MONTE-MÓR, Roberto. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003, p. 260-271.
- _____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 169-181.
- PONTE, K.F. (Re) pensando o conceito do rural. *Revista Nera*, ano 7, n. 4, jan./jul. 2004.
- REIS, D. S. O rural e urbano no Brasil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2006.
- SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento.

Campo-Território:

Revista de Geografia
Agrária, v. 4, n. 7, p. 24-
62, fev. 2009.

SILVA, Carlos Mazzetto.
A dinâmica dos projetos
de assentamento de
reforma agrária na
Região Metropolitana de
Belo Horizonte. In: XVI
Encontro Nacional de
Estudos Populacionais,
2008, Caxambu. *Anais...*
Belo Horizonte: ABEP,
2008.

UFMG/Pucminas/
UEMG. *Plano Diretor
de Desenvolvimento
Integrado da Região
Metropolitana de Belo
Horizonte: Relatório
Final*. Belo Horizonte:
2011.

VEIGA, José Eli.
Destinos da ruralidade
no processo de
globalização. *Estudos
Avançados*, v. 18, n. 51,
p. 51-67, 2004.

_____. Nascimento de
outra ruralidade. *Estudos
Avançados*, v. 20, n. 57,
p. 333-353, 2006.

VELHO, Otávio (Org).
O fenômeno urbano. São
Paulo: Zahar, 1993.